



1 **ATA 173**

2 Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, por  
3 videoconferência, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, com o  
4 Secretário de Conselho Alexandre Belino, os Intérpretes de Libras: Sulivan  
5 Weiner e Igor Rosario Santos. O convidado da Comissão de Defesa dos  
6 Direitos da Pessoa com Deficiência da ALESC: David Crispim. Com a  
7 participação dos conselheiros titulares e suplentes: Juliana Terezinha Martins  
8 (SDS), Maicon de Medeiros (SDS), Sandro Martins de Souza (SDS), Ana  
9 Rubia Ramos Fritsche Zanella (SSP), Ketryn Fabiana Cidade Beseke (SED),  
10 Ricardo de Freitas (SIE), Adriano Sousa (SES), Asterley Kincezski da Silva  
11 (SEA), Paulo Roberto Homem (Santur), Jeane Rauh Probst Leite (FCEE),  
12 Sandra Lúcia Amorim (ASGF), Jucileni da Paixão Moraes Homem  
13 (AFLODEF), Diogo Augusto Federizzi Schardosin (AFLOREM), Carlos  
14 Roberto Sestrem (FECADDESC), Michel Kleinschmidt (FECEC), Márcia Gil  
15 Barddal (FECASD), Patrícia Manetta (COMPED Blumenau), Paulo Roberto  
16 Ferronato (COMDE Xanxerê). Ausência Justificada: Jeanie Ribeiro Isphair  
17 Wendt (FEAPAEs) e Amanda Ramos Schwengber (APABB). 1- Abertura /  
18 apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental.  
19 Presidente Jeane faz a abertura da reunião dando boas-vindas a todos e  
20 desejando uma boa tarde e fala que hoje dia 11 de outubro, dia da Pessoa  
21 com deficiência física, como começar nossa reunião, não lembrando do nosso  
22 antigo Conselheiro “Zézinho” (José Roberto Leal *in memoriam*) que muito  
23 lutou por essa causa, hoje está aqui a Jucilene Paixão, que na frente da  
24 AFLODEF nessa missão, onde a acessibilidade é um tema muito discutido e  
25 muito lutado, na semana passada vimos uma perda muito grande, onde tira a  
26 responsabilidade dos gestores de estar cumprindo essa acessibilidade, e eu  
27 gostaria de estar trazendo essa reflexão, e dizer aos nossos colegas que  
28 somos parceiros na garantia dos direitos da pessoa com deficiência física, e  
29 relata que o Secretário Alexandre irá fazer o levantamento do quorum e a  
30 chamada através da entrada de cada Conselheiro na reunião virtual. O  
31 Secretário Alexandre informa que temos quorum para essa reunião. A  
32 Presidente Jeane fala que temos a presença do Assessor da Comissão PCD  
33 da ALESC, o David Crispim, passa a participar a partir de hoje, como  
34 convidado nas nossas plenárias, seja bem vindo. 2- Leitura e aprovação da  
35 pauta. A Presidente Jeane faz a leitura dos itens da pauta e acrescenta um  
36 retorno da Lei do Fundo PCD da COJUR/SDS, nós temos também a indicação  
37 de um Conselheiro para ALESC Inclusiva – processo seletivo. A Presidente  
38 Jeane coloca em aprovação, e é aprovada por unanimidade. 3- Aprovação  
39 das justificativas dos Conselheiros ausentes, A Presidente Jeane solicita se  
40 houve justificativas de ausência. O Secretário Alexandre fala da justificativa  
41 recebida por e-mail: Jeanie Ribeiro Isphair Wendt (Feapaes) por motivo de



42 saúde, Atestado médico e Amanda Ramos Schwengber (APABB).  
43 Justificativas aprovadas. 4- Aprovação da Ata 172, A Presidente Jeane  
44 perguntou se todos receberam a Ata e se concordam com a mesma, na qual  
45 foi aprovada por unanimidade. 5- Regulamentação da Lei nº 18.167, de  
46 21.07.2020, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do símbolo  
47 mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas  
48 placas de atendimento prioritário". A Presidente Jeane fala que recebemos  
49 essa demanda e pede ao Secretário fazer a leitura da lei, na qual segue: Lei  
50 nº 18.167 de 21/07/2021. O Governador do Estado de Santa Catarina. Faço  
51 saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa  
52 decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Os estabelecimentos públicos e  
53 privados que disponibilizam atendimento prioritário e/ou vagas preferenciais  
54 em seus estacionamentos, deve inserir, nas respectivas placas indicativas, a  
55 "fita quebra-cabeça", símbolo mundial da conscientização do Transtorno do  
56 Espectro Autista (TEA). Parágrafo único. Nas placas informativas dos  
57 assentos preferenciais do transporte público também será incluído o símbolo  
58 de que trata esta Lei. Art. 2º O estabelecimento que descumprir as disposições  
59 desta Lei ficará sujeito às seguintes penalidades: I - advertência por escrito,  
60 pela autoridade competente, na primeira autuação; e II - multa no valor de R\$  
61 3.000,00 (três mil reais) por infração, dobrada no caso de reincidência, a qual  
62 será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços  
63 do Mercado (IGP-M/FGV) ou por índice que vier a substituí-lo. Parágrafo único.  
64 Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor  
65 do Fundo Estadual de Assistência Social. Art. 3º Esta Lei entra em vigor no  
66 prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.  
67 Florianópolis, 21 de julho de 2021. CARLOS MOISÉS DA SILVA, Eron  
68 Giordani, Claudinei Marques, Thiago Augusto Vieira e André Motta Ribeiro. A  
69 Presidente Jeane, fala que se existe a necessidade de regulamentação por  
70 meio de um decreto. Só fico me perguntando qual o Órgão que irá fiscalizar  
71 essa lei. Abro para os Conselheiros se vamos fazer essa sugestão de  
72 regulamentação e qual Órgão irá fiscalizar. A Conselheira Juliana, diz que tem  
73 dúvidas sobre essas multas, na qual será no fundo da assistência. A  
74 Presidente Jeane fala que precisa de divulgação dessa Lei para que todos  
75 tenham conhecimento. A Conselheira Patrícia fala que com relação aos  
76 estacionamentos nos shoppings, eles que definem os locais para este  
77 estacionamento, esta empresa que faz esse trabalho, não deveriam fiscalizar?  
78 A Presidente Jeane, relata que os shoppings são empresas privadas, e a  
79 gente percebe que muitos locais já existem esse símbolo do TEA para os  
80 atendimentos. A Conselheira Jucilene, fala que no código de trânsito  
81 brasileiro, para estacionamento exige o cartão de identificação e para os  
82 autistas, como seria. A Presidente Jeane, fala que a Lei fala em preferência



83 ao atendimento, não cita nenhum cadastro e nada, a não ser a carteira de  
84 identificação do autista. Na questão do estacionamento público, nas vias,  
85 precisa fazer um cadastro específico no departamento de trânsito municipal. O  
86 Conselheiro Paulo Ferronato, fala que o cartão para estacionamento, deve-se  
87 exigir o cartão que é um modelo único no Brasil inteiro, para ter o direito de  
88 usar a vaga, e na situação do autismo, que entrou após esse decreto dos  
89 estacionamentos, ele vai ter que entrar na mesma situação. O que pode  
90 acontecer, é faltar vagas, mas é uma consequência que pode ser discutido  
91 amplamente. A Presidente Jeane, fala que são duas coisas, uma as  
92 prioridades em atendimento em estabelecimentos e a outra situação são as  
93 vagas de estacionamentos, diante disso, temos a necessidade de um decreto  
94 de regulamentação desta lei. A regulamentação então vai ficar a cargo da  
95 comissão de atos normativos, para construir uma proposta de regulamentar  
96 essa lei da prioridade aos autistas. A Presidente fala que recebemos um ofício  
97 da ALESC Inclusiva, sobre um processo seletivo de estagiários com  
98 deficiência, e precisamos indicar um representante do Conede. A Conselheira  
99 Jucilene Paixão se prontifica a participar desta representação do Conselho na  
100 ALESC Inclusiva. A Presidente Jeane, pergunta se todos concordam com a  
101 participação da Conselheira, e foi aprovada por unanimidade. A Presidente  
102 Jeane relata que tínhamos dois ofícios para enviar da última reunião ordinária,  
103 o ofício para enviar em mensagem de repúdio ao Ministro da Educação, mas  
104 começou a escrever duas vezes, e confessa que não conseguiu terminar, e o  
105 outro era uma manifestação do nosso desacordo da não eleição do conselho  
106 nacional, que o edital não saiu até agora, e estamos com este Conselho, o  
107 CONADE parado. Eu tenho observado no FORBRACE que é o fórum dos  
108 conselhos estaduais no Brasil, e eles estão se manifestando para a Ministra  
109 Damaris e não estão recebendo respostas, eu penso que seria melhor se a  
110 gente pudesse fazer esse ofício encaminhando aos nossos deputados  
111 federais que nos representam nosso Estado e para que eles pudessem estar  
112 cobrando que o CONADE volte a funcionar com seus conselheiros. Trago aqui  
113 o assunto para rediscutir o encaminhamento que foi dado. O Conselheiro  
114 Michel relata que sobre esse assunto, tem um novo fator, que é o Decreto  
115 Nacional sobre a representação do CONADE, que tira os conselhos  
116 municipais, estaduais e a AMPID que é a associação do Ministério Público. A  
117 Conselheira Marcia, concorda que seja enviado os ofícios para a Ministra  
118 Damaris do Ministério dos Direitos Humanos, e também para os Deputados  
119 Federais de Santa Catarina. O Conselheiro Paulo Ferronato, fala que precisa  
120 mandar para o Ministério, para os Deputados Federais, os Senadores, a  
121 Senadora Mara Gabrili, existe também a Comissão da Pessoa com  
122 Deficiência no congresso nacional, podemos enviar também. Podemos falar  
123 também da alteração da lei da improbidade administrativa, que retira do



124 Gestor, sobre a questão da acessibilidade, várias obrigações que até então,  
125 poderia ser responsabilizado. A Presidente Jeane solicita ao Conselheiro  
126 Paulo Ferronato que ajude a escrever essa carta, para depois ser enviado e  
127 dados os encaminhamentos, o convite foi estendido para o Conselheiro Michel  
128 e a Conselheira Patrícia. 6- Visita técnica à Cagerê, em Brusque. A Presidente  
129 Jeane fala que o Conselheiro Maicon pediu esse assunto como pauta, eu  
130 acompanhei a reunião da gerência da alta complexidade da SDS, se entrar na  
131 internet na página dessa entidade privada, ficarão maravilhados com a  
132 página, ela abriga mais de 120 pessoas com deficiência, que vivem em  
133 vulnerabilidade social, são aquelas pessoas que moram nos municípios, o pai,  
134 a mãe falecem, os familiares ficam sem condições de cuidar dessas pessoas  
135 e acabam indo para esta instituição, o Município fica com essa demanda e  
136 paga para eles ficarem nessa instituição. E como tem pessoas de vários  
137 municípios, os próprios conselhos municipais deveriam acompanhar melhor  
138 essa demanda, dessas pessoas que estão abrigadas lá e é um serviço de alta  
139 complexidade. As pessoas relataram que quando visitam, é tudo bem  
140 arrumado, é tudo muito bonito. A denuncia partiu de um familiar de Joinville, e  
141 eu me reservei de não estar indo na instituição nesse primeiro momento,  
142 porque vi que tinha um movimento muito grande, quando se tem a notícia, o  
143 Órgão já se prepara, de certa forma, eu esperei baixar a poeira, eu queria  
144 aguardar um pouco, e ir ver, os diagnósticos, as terapias e tudo mais. Como  
145 existe um processo de investigação criminal, e que a gente estaria  
146 aguardando para ter um acesso a essas informações para um melhor dado. O  
147 Conselheiro Maicon fala que muitas entidades e um exagero de pessoas indo  
148 na instituição pode atrapalhar o trabalho, inclusive porque estamos num  
149 período de pandemia, eu queria propor um roteiro de visita, eu que estou aqui  
150 na gerência da política da Pessoa com Deficiência e sou conselheiro do  
151 Conede, para que este conselho junto com a gerência possa fazer essa visita  
152 com uma matriz de avaliação nesta instituição. A Presidente Jeane pergunta  
153 ao Conselheiro Maicon, que na reunião sobre esta instituição, foi falado de se  
154 criar uma política das casas inclusivas em nosso Estado e eu desconheço da  
155 Secretaria do Desenvolvimento Social sobre essas casas inclusivas e desse  
156 programa. O Conselheiro Maicon fala que são pouquíssimas instituições de  
157 alta complexidade no Estado e realmente precisamos ter um programa de  
158 expansão desse serviço. Foi construído um questionário para os municípios,  
159 sobre esse serviço, foi visto com o Ministério das Cidades, e nos foi  
160 informado que não estaria pactuando, e não estaria expandindo esse serviço  
161 de regionalização e como as verbas da assistência do Estado desse ano já  
162 estavam carimbadas, não teria previsão nos próximos meses em poder  
163 realizar esse plano. A Conselheira Ketryn relata que gostaria de fazer uma  
164 pergunta, se já está previsto no PPA para 2022 essa ação desse programa



165 para expansão da alta complexidade. O Conselheiro Maicon fala que não está  
166 mais na Diretoria de Assistência Social desde julho deste ano e passa a  
167 palavra para a Conselheira Juliana se ela sabe de mais informações a  
168 respeito. A Conselheira Juliana diz que pode fazer o contato com a gerencia  
169 de financiamento para buscar essa resposta referente a essa ação estar ou  
170 não prevista no PPA de 2022. Aproveita o momento para falar da visita na  
171 Cagerê em Brusque, onde a Gerente da Alta Complexidade da SDS, repassou  
172 que não viu nenhuma situação anormal e que claro, a instituição pode estar  
173 preparada, do que tudo que aconteceu com as denúncias. A Presidente Jeane  
174 sugere de fazer uma visita a Cagerê e vai colocar no grupo dos Conselheiros,  
175 para organizar essa visita técnica, bem objetiva para fazer junto essa  
176 Instituição. 7- Deliberação das Comissões Permanentes. A Presidente Jeane  
177 fala que não houve nenhuma reunião de comissão nesse mês. 8- Assuntos  
178 Gerais. A Presidente Jeane fala que deixa a palavra aberta, caso alguém  
179 gostaria de trazer algum assunto. A Conselheira Juliana fala que é importante  
180 no grupo do conselho sempre colocar as demandas, das denúncias, para que  
181 quem puder participar e opinar fica ali disponível. O Conselheiro Paulo  
182 Ferronato diz que hoje dia 11 de outubro é o dia da pessoa com deficiência  
183 física, e sofremos com a falta de acessibilidade, falta de políticas públicas  
184 voltada a este segmento, e temos que ter um fortalecimento maior em todos  
185 os campos, da educação, saúde, reabilitação. Temos muitas dificuldades  
186 financeiras nas Entidades que atendem as Pessoas com deficiência,  
187 promover alternativas para as pessoas sejam inseridas na sociedade. Existe o  
188 fundo social que beneficia somente as Apaes, e nós das outras Entidades não  
189 somos contemplados com um fundo que possa auxiliar. Seria muito  
190 importante a comissão de atos normativos, pensar numa lei que cria um fundo  
191 social para as outras entidades também receberem do governo estadual o  
192 recurso do fundo social para nos ajudar financeiramente. A Presidente Jeane  
193 fala que já está pronto esse projeto, uma proposta na Casa Civil do Estado,  
194 escrito pela Presidente Janice da FCEE e representantes da Fundação, sem  
195 tirar o que a APAE já recebe, e esse seria para as outras instituições de  
196 pessoas com deficiência e inclusive o Autismo, pois o outro é somente para a  
197 deficiência intelectual. E está próxima de ser encaminhado para ALESC. Fala  
198 que iniciou a reunião falando do dia da pessoa com deficiência física e  
199 lembrando do “Zézinho” e eu sinto dificuldade ao acesso as tecnologias para  
200 essas pessoas, desde uma cadeira de rodas, fala que a FEAPAEs é uma  
201 federação muito bem organizada e que outros segmentos poderiam ter suas  
202 federações, assim como tem a federação dos cegos, poderia ter dos físicos,  
203 surdos, e outros segmentos da pessoa com deficiência. O Conselheiro Michel  
204 fala que a Daiane Mantoanelli de Blumenau, ex Conselheira do CONADE,  
205 informa que o novo decreto do Conselho Nacional, foi retirado os Conselhos



206 estaduais, municipais e a AMPID que é a associação do Ministério Público. O  
207 Secretário Alexandre fala que recebemos um despacho da COJUR/SDS sobre  
208 o fundo PCD na qual será repassado para comissão para as devidas  
209 providências, na qual precisa de acordo com a lei estadual, informar de onde  
210 sairá os recursos para esse fundo. O Conselheiro Ricardo registra a  
211 preocupação com a saída da Conselheira Kelly que contribuía muito com  
212 nosso conselheiro principalmente na comissão de atos normativos. A  
213 Presidente Jeane fala que a visão monocular como foi aprovada como  
214 deficiência, e precisamos pedir para ALESC incluir na Lei estadual nº  
215 17.292/17 que consolida a lei da Pessoa com deficiência em nosso Estado.  
216 09- Encerramento. A Presidente Jeane agradece a presença de todos e,  
217 dando assim por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a presente ata pelo  
218 Secretário do Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos  
219 Conselheiros por e-mail para ser aprovado na próxima reunião e publicado no  
220 site da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social no endereço  
221 eletrônico: [www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-](http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2020-21-12)  
222 [reunioes/atas-10/2020-21-12](http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2020-21-12). Nossa reunião está disponível no canal do  
223 youtube da Secretaria de Desenvolvimento Social SC no link:  
224 <https://www.youtube.com/watch?v=Jqwu9krJZFU&t=2260s>. Florianópolis, 11  
225 de outubro de 2021.

226

227